

2019
www.cm-lamego.pt



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL - PAF

Plano de Ajustamento Financeiro 2013 – 2026

JANEIRO – DEZEMBRO 2019

junho, 2020

Câmara Municipal de Lamego
Av. Pe. Alfredo Pinto Teixeira
5100-150 Lamego



Índice

1. INTRODUÇÃO	4
2. CONSOLIDAÇÃO DOS PASSIVOS (DÍVIDA)	9
3. CONDIÇÃO / REGRA DE ELEGIBILIDADE PAEL	10
4. LIMITE DA DÍVIDA TOTAL	11
5. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES A 31 DE DEZEMBRO	16
7. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO - EMPRÉSTIMOS	21
8. MONTANTE DA DÍVIDA ANUAL DOS EMPRÉSTIMOS DO MUNICÍPIO PREVISIONAL	22
9. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO / MONITORIZAÇÃO PAF	23
10. MEDIDAS DO PAF – CONTENÇÃO DA DESPESA E MAXIMIZAÇÃO DA RECEITA	28
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÕES	30

ENQUADRAMENTO

O Município de Lamego, reconhecendo a importância dos desafios e obrigações com que se defrontava, firmado à necessidade de reequilibrar as suas finanças municipais, de forma a permitir a regularização do pagamento das dívidas vencidas, recorreu ao PAEL e à contratação do Empréstimo de SF, reprogramando desta forma a dívida remanescente, consolidando os seus passivos financeiros de CP, procurando minimizar a exposição a riscos excessivos.

O processo – Plano de Ajustamento Financeiro – e contratos, foram visados pelo Tribunal de Contas em 27 de março de 2013, este elaborado em estrito cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, conjugado com a Lei n.º 7/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais).

A entrada em vigor da Nova Lei das Finanças Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, veio estabelecer o novo regime financeiro para as autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Pelo que, tendo presente esta alteração legislativa, a elaboração do presente relatório terá em conta esta disposição legal – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O presente documento, Relatório de Execução anual visa o acompanhamento do Plano, pela respetiva Assembleia Municipal, que aprovou o PAF (Plano de Ajustamento Financeiro) e respetivos montantes contratualizados, de forma a colocar à disposição da Assembleia Municipal, instrumentos de análise, relativamente à situação económica após utilização destes dois empréstimos.

O Relatório reporta a execução a 31 de dezembro de 2019, com dados corrigidos e que se retiraram dos trabalhos procedidos ao fecho de contas (que serão explicitados e demonstrados em mais pormenor no Relatório de Gestão).

Como última nota, menciona-se que o presente relatório faz referência a responsabilidades contingentes que pode vir a ter reflexo no cumprimento do PAF aprovado, bem como na própria execução do PAF que se encontra em execução.

O presente relatório, à semelhança do anterior, reproduz a análise crítica com recomendações.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado, como tem sido hábito, tendo em conta as disposições legais constantes no Novo Regime das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e o DL n.º 43/2012, de 31 de agosto.

Este, visa retratar a situação financeira do Município, de modo a que a Assembleia Municipal disponha de dados essenciais que lhe possibilite, proceder ao acompanhamento do PAF – Plano de Ajustamento Financeiro, que engloba os empréstimos: PAEL e SF, dando cumprimento ao preceituado legal em vigor e que o obriga.

Conforme decorre do disposto no n.º 5 do artigo 59.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro,

“Durante o período de empréstimo “saneamento Financeiro”, o Município fica obrigado a:

- a) Cumprir o Plano de Saneamento Financeiro;
- b) Não celebrar novos empréstimos de Saneamento Financeiro;
- c) Remeter à DGAL os relatórios sobre a execução do Plano de Saneamento.

Dispõe igualmente a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do DL n.º 43/2012, de 31 de agosto (Criou o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívida dos

municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias), que “o acompanhamento do PAEL é efetuado pela Assembleia Municipal, através de informação prestada pela câmara municipal, que integra obrigatoriamente a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no Plano.”

Diz-nos ainda o n.º 6 do artigo 59.º da citada Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que “o acompanhamento do plano de saneamento cabe ao município, através de elaboração de relatórios semestrais, sobre a execução do plano financeiro pela câmara municipal e da sua apreciação pela Assembleia Municipal.

Este relatório de acompanhamento, que coincide com o fecho de contas, que será parte integrante do Relatório de Gestão 2019 (a ser apresentado à Assembleia Municipal), para que estes possam proceder a uma monitorização atenta, onde se irá analisar, evidenciar e proceder a uma abordagem aos seguintes pontos:

- Responsabilidades Contingentes que podem ter reflexo na execução do PAF em execução;
- Ponto da situação dos Empréstimos obtidos no seguimento da aprovação do PAF (PAEL + SF);

- Situação do Município de Lamego, após pagamento do Stock da Dívida;
- Execução da Receita e da Despesa;
- Critérios PAEL, SF e Dívida Total;
- PMP (Prazo Médio de Pagamentos);
- Dívida de Médio e Longo Prazos - Empréstimos;
- Dívida Elegível a Curto Prazo;
- Execução do Orçamento (Cabimento / Compromissos / Pago / Por Pagar);
- Processo de Acompanhamento / Monitorização do PAF (Desvios Verificados);
- Medidas vertidas no PAF (Plano de Ajustamento Financeiro);
- Execução Anual a 31 de dezembro de 2019, «face à execução prevista no PAF (2013 – 2026)» - verificação dos desvios do PAF aprovado.

- Remeter para aprovação à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos do n.º 6 do artigo 59.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais);
- Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

- Recomendamos uma leitura atenta da informação que consta do Relatório & Contas de 2019, bem como uma análise cuidada da informação disponível do mesmo.

Submetido a despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- Enviar aos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março;

Fiscalização interna

A Assembleia Municipal, como órgão deliberativo do município, tem competências de apreciação das grandes linhas da política municipal, sob proposta da câmara, mas também a competência fiscalizadora, em matérias entre outras matérias, destaca-se as finanças públicas do Município, consagradas no n.º 2 do art.º 25.º na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), a saber:

- a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior;
- b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela câmara municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
- c) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;

d) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;

e) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município;

f) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

Como órgão representativo do município, cabe à Assembleia Municipal tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município.

As competências da Assembleia Municipal estão fixadas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, que consta do Anexo 1 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, com destaque para os artigos 24º a 26º

Mas ainda,

Fiscalizar o cumprimento do PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO (PAF), plano que teve, em 2013, como objetivo o saneamento financeiro do Município através de empréstimos de longo prazo, no âmbito do art.40º da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) e do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de Março, e que configurou ainda os pressupostos fundamentais para adesão ao Programa de Apoio à Economia Local, na sua versão Programa II, observando o Município no presente uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural. O programa foi regulado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de Setembro Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de Setembro.

O Município de Lamego aderiu ao PAEL, com contrato celebrado em 16 de novembro de 2012, tendo sido à posteriori averbado um aditamento, ajustando-se ao montante de € 11.826.491,48, tendo este sido complementado com a contratação do empréstimo de Saneamento Financeiro, de forma a reprogramar a dívida remanescente, com contrato celebrado em 21 de dezembro de 2012, também este ajustado para a base contratual no montante de € 3.965.567,05.

O processo – Plano de Ajustamento Financeiro – e contratos, foram visados pelo Tribunal de Contas em 27 de março de 2013, este elaborado em estrito cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º

38/2008, de 7 de março, conjugado com a Lei n.º 7/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais).

A monitorização do PAF é efetuada através de relatórios de execução, que tem como finalidade a sua apresentação à Assembleia Municipal, para que estes possam proceder a uma monitorização atenta, conforme presente documento e relatório de Gestão, evidenciar e proceder a uma abordagem sobre a situação do cumprimento do plano de ajustamento com vista atingir o equilíbrio das contas públicas do Município, a médio prazo, com as devidas correções nas medidas de contenção de despesa e revisão da política matérias de impostos e taxas da receita, se necessário, para atingir esse objetivo.

Submetido pelo Presidente da Câmara, o relatório deverá ser dado continuidade nos seguintes termos:

- **Enviar aos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março¹;**
- **Remeter para aprovação à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos do n.º 6 do artigo 59.º,**

¹ *O acompanhamento do plano de saneamento financeiro é efetuado mediante o envio aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais dos relatórios semestrais sobre a execução do plano de saneamento financeiro a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da LFL, no prazo máximo de 30 dias após o final do semestre a que reportam.*

da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais);

- Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

A Assembleia desempenha assim, um importante papel de fiscalização do executivo municipal, podendo votar moções de censura, acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal e das empresas municipais. Para isso, qualquer deputado pode requerer à câmara todas as informações e esclarecimentos que pretenda.

Como órgão representativo do município, cabe à Assembleia tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município e deliberar sobre todos os

assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município.

As competências da Assembleia Municipal estão fixadas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, que consta do Anexo 1 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com destaque para os artigos 24.º a 26.º.

O auditor externo, Dr. José Alberto Lima, é o responsável pela certificação legal de contas do Município, pertencendo à sociedade de revisores FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA, SROC, LDA, nomeado pela Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, nos termos do art.º 77 da Lei anteriormente citada.

O presente relatório foi elaborado pela Divisão de Finanças e Património, sob a responsabilidade e relato do Chefe de Divisão de Finanças e Património.

2. CONSOLIDAÇÃO DOS PASSIVOS (DÍVIDA)**CARACTERIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAF (PAEL + SF) –
COM ALTERAÇÃO DA TAXA DE SF**

DESCRIÇÃO	PAEL	SF
Prazo Empréstimo	14 anos	12 anos
Prazo de Carência ou Diferimento	sem diferimento de início de período de amortização	em diferimento de início de período de amortização
Taxa de Juro Indexante	Correspondente à aplicada à República Portuguesa acrescida de 15 pontos base	6,86% inicial (4,10% atualmente após negociação com a CGD)
Reembolso de Capital	Prestações semestrais constantes	Prestações Trimestrais Constantes

O Município renegociou a taxa de spread com a CGD, tendo comunicado favoravelmente, ao Município, a revisão da anterior taxa, relativamente ao empréstimo destinado a saneamento financeiro, **passando a referida taxa de 6,86% para 4,10%**, o que significa uma descida de 2.78 p.p., e por consequência descida ao nível dos juros + spread a pagar.

Atendendo a conjuntura económica do país e a baixa de taxas de juros no mercado financeiro, a taxa do empréstimo Saneamento Financeiro deve ser novamente negociada.

AMORTIZAÇÃO EFETIVADA

Não tendo existido período de carência inerente à contratação dos Empréstimos PAEL + SF, referente ao Plano de Ajustamento Financeiro, apresenta-se de seguida quadro com montante utilizado, amortização de capital e capital em dívida, reportado à data de 31 de dezembro de 2019

	Capital utilizado	Amortização do capital
	PAEL + SF 15.781.770,19 €	
2013		506.381,03 €
2014		1.181.509,60 €
2015		1.181.509,60 €
2016		1.181.509,60 €
2017		1.181.509,60 €
2018		1.181.509,58 €
2019		1.181.509,58 €
Montante Acumulado:	15.781.770,19 €	7.595.438,59 €
Montante em dívida a 31/12/2019:	8.186.331,60 €	

3. CONDIÇÃO / REGRA DE ELEGIBILIDADE PAEL

A regra / elegibilidade para o acesso ao PAEL por parte dos municípios, centrava-se nos pagamentos das dívidas vencidas há mais de 90 dias. Pelo que é importante analisar qual a situação do Município, relativamente a este parâmetro, ou seja, **verificar se tem dívidas a terceiros há mais de 90 dias.**

Designação	Pagamentos em atraso					Total
	Menos 90 dias	Mais de 90 dias e menor ou igual a 120 dias	Mais de 120 dias e menor ou igual a 240 dias	Mais de 240 dias e menor ou igual a 360 dias	Mais de 360 dias	
		(1)	(2)	(3)	(4)	
						(6) =(1) +(2)+(3)+(4)
CE0101 Remunerações certas e permanentes	2.049,39	- €	- €	- €	- €	2.049,39
CE0102 Abonos variáveis ou eventuais	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
CE010301 + CE010302 Encargos com saúde ADSE e outros das Adm. Públicas c)	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
CE010301 (residual) + CE010302 (residual) Encargos com saúde Outros sectores fora das Adm. Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
CE0103050201 Contribuições para a segurança social Caixa Geral de Aposentações	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
CE0103050202 Contribuições para a segurança social Seg. Social Regime geral	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
CE01030503 Contribuições para a segurança social Outros sectores	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Restantes despesas com pessoal (Total CE01 menos os valores inscritos nas linhas precedentes)	0,00	- €	- €	- €	- €	0,00
CE02 Aquisição de Bens e serviços correntes	414.206,69	- €	- €	- €	- €	414.206,69
CE03 Juros e outros encargos	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Transferências correntes para sectores das Adm. Públicas (CE04.03+ CE04.04 + CE04.05 + CE04.06)	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Transferências correntes para fora das Adm. Públicas (CE04 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	333,00 €	- €	- €	- €	- €	333,00
CE05 Subsídios	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
CE06 Outras despesas correntes	928,09	- €	- €	- €	- €	928,09
CE07 Aquisição de Bens e serviços de capital	5.548,95	- €	- €	- €	- €	5.548,95
Transferências de capital para sectores das Adm. Públicas (CE08.03+CE08.04+CE08.05+CE 08.06)	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
Transferências de capital para fora das Adm. Públicas (CE08 menos o valor inscrito na linha imediatamente acima)	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
CE11 Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	0,00
	423.066,12	0,00	0,00	0,00	0,00	423.066,12

Análise: Na alínea e) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), Pagamentos em Atraso (PA), são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes.

Pela análise verifica-se que, o Município tem **uma situação de dívidas por pagar no montante global de 423.066,12 €**. O montante em referência do quadro, está evidenciado no intervalo ≤ 90 dias.

Esta análise reporta-se, apenas e só, as faturas registadas até 31.12.2019, sem considerar o princípio da especialização, reportado na Conta de Gerência.

4. LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o Endividamento Municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

· Artigo 52.º - Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores; e, o n.º 2 do art.º 52.º do RFALEI - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º do RFALEI - Definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total.

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais o limite da dívida total é estabelecido nos termos do art.º 52, tendo por base os seguintes pressupostos:

1- A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média aritmética da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2- A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do art.º 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3- Sempre que um município:

a) - Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III; b) – Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4- Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

RECEITA CORRENTE COBRADA LÍQUIDA (Art.º 52.º DA LEI N.º 73/2013)

Receita Corrente Líquida em 2016	Receita Corrente Líquida em 2017	Receita Corrente Líquida em 2018	Total	Média da Receita Corrente Líquida
(1)	(2)	(3)	(4)= (1)+(2)+(3)	(5)= (4)/3
18 730 990,00 €	18 641 353,00 €	19 505 566,00 €	56 877 909,00 €	18 959 303,00 €

Limite da dívida total da autarquia para o ano 2019 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos 3 anos): **28.438.954,50€**

Salienta-se que cumprimento do PAF obriga à redução significativa da despesa corrente e de capital, de forma a não aumentar a dívida total em final de cada ano, para além das amortizações com empréstimos, e evitar as penalizações previstas na Lei.

É importante referir, na base de cálculo a seguir, o montante da dívida total apurado em 01.01.2019 e 31.12.2019, não inclui as Provisões para outros riscos e encargos, contabilizadas no balanço em 9.134.177,99€ uma vez que este não releva para efeitos da dívida total, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013. As provisões para riscos e encargos estão discriminadas na nota 8.2.34. Passivos Contingentes.

É fator determinante, para a **redução da dívida total abaixo das 1,5 vezes média da receita corrente cobrada líquida dos últimos 3 anos (28.438.954,50€), antes do término do PAF (2027)**, de forma a potenciar o equilíbrio das contas municipais e, por essa via, possibilitar a estabilidade e crescimento ao investimento.

– **INTERNALIZAÇÃO LAMEGO RENOVA, S.A-** Com a internalização da empresa Lamego Renova, S.A, a Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 29.11.2016, aprovar “ (...) o plano de internalização das atividades da empresa Lamego Renova, S.A, nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 62.º, da Lei

n.º 50/2013, de 31/08, bem como aprovar a consequente liquidação da empresa Lamego Renova, S.A, conforme estatuído nos artigos 61.º, 62.º e 65.º, do referido diploma legal, com efeitos a partir do dia seguinte à data desta deliberação (...).”

Assim, a dissolução e liquidação da empresa Lamego Renova, S.A, cujo o Município de Lamego detinha uma participação de 49% do capital social, deixa de contribuir para a dívida total como empresa participada, mas sim, integra todo o passivo, à data de 21 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório de encerramento e liquidação da empresa.

Tendo por base a informação financeira relativa a 31-12-2019, procedeu-se ao cálculo do limite ao endividamento municipal [Dívida Total], tendo por referência a dívida total de operações orçamentais apurada na referida data.

A dívida total do MLG não inclui as entidades participadas, de acordo com o conceito de endividamento municipal, art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI).

O montante com a contribuição das entidades participadas assinalado no quadro a seguir, teve com referência o pedido efetuado às mesmas relativamente às contas finais de 31.12.2019, no entanto para as entidades em que não obtivemos resposta, o valor tem como referência ao do ano anterior.


Para o cálculo da dívida total, de acordo com o conceito de endividamento municipal, art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não está refletido os passivos contingentes, com referência à nota 8.2.34. do ponto 6.4. Anexo às demonstrações financeiras.

Assim, a incerteza temporal dos processos em litígio, não afasta, no entanto, a ocorrência de responsabilidades contingentes, razão pela qual foi registado como provisão na conta 29.2.1- Provisões para riscos e encargos- Processos judiciais, o montante total de 9.134.177,99€ uma diminuição de 6.306.387,58€ em relação ao ano anterior, mas que não entra para o cálculo da dívida total do Município de Lamego. No entanto, apresenta especial preocupação a lista extensa e montante dos processos em litígio judicial.

5. DÍVIDA TOTAL DA AUTARQUIA (Limite endividamento Municipal de acordo com o RFALEI) em 31.12.2019

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AW/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
28 438 955	01/01/2019						
	35 204 920	1 646 599	36 851 519	36 559 526	8 120 571		
	31/12/2019						
	31 316 532	1 526 229	32 842 761	32 551 780	4 112 825		
Variação da Dívida %							-10,96%
Variação do Excesso da Dívida %							-49,35%
Margem Disponível por Utilizar							
Dívida em excesso							

À data de 31 de dezembro de 2019, o Município encontra-se no intervalo $> 1,5$ e $\leq 2,25$, em que deve recorrer a saneamento financeiro, no entanto, salienta-se que, estando o Município neste intervalo, **este encontra-se em Saneamento Financeiro, desde a data do visto dos contratos de Saneamento Financeiro e PAEL, ou seja, 27 de março de 2013.**

INTERVALOS LIMITE ART.º 52.º [ANO 2019]			Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
≥ 1 e $\leq 1,5$	18 959 303,00 €	28 438 954,50 €	PODE	-
 $> 1,5$ e $< 2,25$	28 438 954,50 €	42 658 431,75 €	DEVE	-
$\geq 2,25$ e ≤ 3	42 658 431,75 €	56 877 909,00 €	OBRIGATÓRIO	PODE
> 3			-	OBRIGATÓRIO

Pela análise do quadro anterior do cálculo da dívida total, verifica-se que o **excesso da dívida total (4.112.825€)** do Município **diminui em -49,35%** em relação ao ano anterior, **cumprindo assim, a redução prevista na alínea a) do n.º 3 do art.º 52.º** da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, sublinhando, que estão a decorrer processos judiciais que acumulam o montante registando em provisões, que podem agravar significativamente a situação económica e financeira, se tal vier decisão desfavorável ao Município.

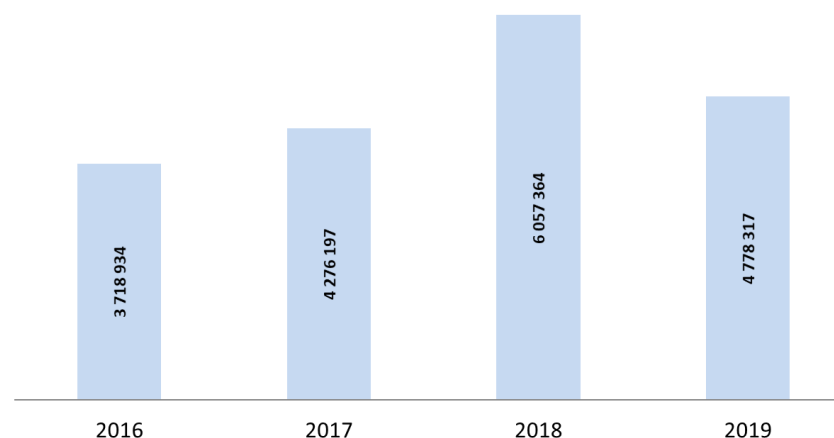
- EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO COM INTERNALIZAÇÃO DA EXTINTA LAMEGO RENOVA, S.A.:

Relativamente à dívida aos fornecedores e outros credores, ascendia em **31 de dezembro de 2019 a 5.280.836€.**

Assim, verificamos **uma diminuição acentuada da dívida neste grupo de 1.229.202,66€, que representa -19%** em relação ao ano anterior. Esta diminuição **é a consequência do cumprimento com as regras do equilíbrio orçamental**, conforme abordado no relatório de gestão do exercício de 2019.

	2016	2017	2018	2019	var. 2018/2019	Var. %
MUNICÍPIO DE LAMEGO	4 805 556	4 962 083	6 510 039	5 280 836		
DÍVIDA FORNECEDORES C/C	451 238	1 329 687	2 893 795	759 160	-2 134 636	-73,77
DÍVIDA FORNECEDORES C/C EM ACORDO MLP (1)	2 618 704	1 996 736	1 451 708	2 975 257	1 523 549	104,95
FORNECEDORES EM CONFERÊNCIA	648 991	949 773	1 711 861	1 043 900	-667 961	-39,02
DÍVIDA FORNECEDORES IMOBILIZADO	244 907	183 816	159 288	161 632	2 344	1,47
DÍVIDA OUTROS CREDITORES + FAM (2)	774 415	433 711	220 209	195 031	-25 178	-11,43
ESTADO E OUTROS ENTE PÚBLICOS	67 300	68 359	73 178	145 856	72 679	99,32

Assim, podemos concluir que, a dívida total do Município tende a diminuir por conta da diminuição das amortizações financeira bem como a dívida com fornecedores c/c depois de nos últimos anos estar sempre aumentar. Ora conforme se relatou no relatório de gestão de 2019, a situação de desequilíbrio está se a inverter, estando o município, mantendo-se a tendência deste ano a cumprir o disposto no Plano de Ajustamento Financeiro.



5. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES A 31 DE DEZEMBRO

- Demonstração da evolução do Prazo Médio de Pagamentos em Atraso, que se encontram disponibilizados no site da DGAL, pelo seu método de cálculo (conforme despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril).

	PMP (n.º dias)				
	31/12/2018	31/03/2019	30/06/2019	30/09/2019	31/12/2019
PMP - Método DGAL (dias)	167	140	122	94	69

PMP > A 60 DIAS

Fonte: Dados reportados pelas autarquias locais através do SIILAL, extraídos a 26-05-2020

- Demonstração do cálculo do PMP (Prazo Médio de Pagamentos) a 31 de dezembro de 2019, pelo método de cálculo da DGAL (conforme despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril).

NOTA: A conclusão que se retira é que à data de 31 de dezembro de 2019, é a de que o Município tem um Prazo Médio de Pagamentos inferior a 90 dias.

É evidente o esforço no último ano, do Município de Lamego atingir o objetivo de redução da dívida em atraso a fornecedores, conseguindo reduzindo a despesa, arrecadar mais receitas e fazer acordos de pagamento. Em março de 2019 foi celebrado um acordo de regularização de dívidas com a empresa Águas do Norte, S.A, por um período de 15 anos no montante total de 2.251.457€ de faturas e 89.191€ de notas de débito vencidas, o que permitiu consolidar a dívida de curto prazo a médio prazo e diminuir os compromissos assumidos no ano.

O prazo médio de pagamento oscila de mês para mês, consoante a altura do ano e a sazonalidade das receitas.

6. RECEITA BRUTA COBRADA / DESPESA BRUTA PAGA

RECEITA RECEBIDA

Cod.	Designação	2018		2019		Variação	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Total da Receita Corrente	19 505 566,37	82,78%	19 057 061,98	86,29%	-448 504,39	-2,30%
01	Impostos diretos	4 832 159,81	20,51%	4 298 887,64	19,47%	-533 272,17	-11,04%
02	Impostos indiretos	374 864,50	1,59%	338 034,61	1,53%	-36 829,89	-9,82%
04	Taxas, multas e outras penalidades	693 452,71	2,94%	682 189,12	3,09%	-11 263,59	-1,62%
05	Rendimentos da propriedade	5 454,44	0,02%	2 900,33	0,01%	-2 554,11	-46,83%
06	Transferências correntes	8 249 189,74	35,01%	8 692 624,65	39,36%	443 434,91	5,38%
07	Venda de bens e serviços correntes	5 299 257,07	22,49%	5 023 478,52	22,75%	-275 778,55	-5,20%
08	Outras receitas correntes	51 188,10	0,22%	18 947,11	0,09%	-32 240,99	-62,99%
	Total da Receita de Capital	4 056 759,52	17,22%	3 027 232,72	13,71%	-778 695,48	-25,38%
09	Venda de bens de investimento	92 372,82	0,39%	178 964,20	0,81%	86 591,38	93,74%
10	Transferências de Capital	3 007 863,75	12,77%	2 845 236,83	12,88%	-162 626,92	-5,41%
12	Passivos Financeiros	700 000,00	2,97%	0,00	0,00%	-700 000,00	-100,00%
13	Outras Receitas de Capital	250 831,32		0,00			
15	Repos. não abatidas nos pagamentos	5 691,63	0,02%	3 031,69	0,01%	-2 659,94	-46,73%
	TOTAL	23 562 325,89	100,00%	22 084 294,70	100,00%	-1 227 199,87	-6,27%

DESPESA PAGA

Cod.	Designação	2018		2019		Variação	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Total da Despesa Corrente	15 113 510,60	65,91%	15 502 196,99	69,39%	388 686,39	2,57%
01	Despesas com o pessoal	5 944 960,99	25,92%	6 293 883,91	28,17%	348 922,92	5,87%
02	Aquisição de bens e serviços	7 328 507,75	31,96%	7 413 793,59	33,18%	85 285,84	1,16%
03	Juros e outros encargos	526 617,36	2,30%	554 130,40	2,48%	27 513,04	5,22%
04	Transferências correntes	1 112 102,71	4,85%	920 704,03	4,12%	-191 398,68	-17,21%
05	Soc.quase Soc. não Financeiras	11 925,00	0,05%	11 925,00	0,05%	0,00	0,00%
06	Outras despesas correntes	189 396,79	0,83%	307 760,06	1,38%	118 363,27	62,49%
	Total da Despesa de Capital	7 818 657,26	34,09%	6 839 467,74	30,61%	-979 189,52	-12,52%
07	Aquisição de bens de capital	3 622 875,56	15,80%	3 210 337,21	14,37%	-412 538,35	-11,39%
08	Transferências de capital	309 716,61	1,35%	516 043,67	2,31%	206 327,06	66,62%
09	Ativos financeiros	88 273,50	0,38%	58 849,00	0,26%	-29 424,50	-33,33%
10	Passivos financeiros	3 797 791,59	16,56%	2 653 770,88	11,88%	-1 144 020,71	-30,12%
	TOTAL	22 932 167,86	100,00%	22 341 664,73	100,00%	-590 503,13	-2,57%

A taxa de **execução da receita**:

Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a DGAL alerta e informa, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, na primeira reunião ou sessão seguinte, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78.º. no caso de o município registar **durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 %**. Trata-se de uma medida de alerta precoce de desvios.

TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA

31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
89,2%	74,5%	86,7%	85,2%

- COMPARAÇÃO DA RECEITA COBRADA COM A RECEITA PREVISTA

Sobre este capítulo remetemos para o relatório de Gestão do exercício de 2019, a análise pormenorizada desde capítulo.

O montante da receita cobrada em 2019 ascendeu a 22.126.222,59€, não tendo sido refletido o saldo de gerência anterior, sendo de salientar que a receita corrente do ano em análise teve um **desvio negativo de - 3.854.877,41€**, da relação entre o orçamento final e o efetivamente executado, com uma **taxa de execução de 85,16%**.

COD.	Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio		Taxa de Execução
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Receita Corrente	20 280 000,00	78,06	19 098 989,87	86,32	-1 181 010,13	-5,82	94,18
01	Impostos diretos	4 602 980,00	17,72	4 340 566,74	19,62	-262 413,26	-5,70	94,30
02	Impostos indiretos	368 019,00	1,42	338 034,61	1,53	-29 984,39	-8,15	91,85
04	Taxas, multas e outras penalidades	937 325,00	3,61	682 189,12	3,08	-255 135,88	-27,22	72,78
05	Rendimentos da propriedade	8 175,00	0,03	2 900,33	0,01	-5 274,67	-64,52	35,48
06	Transferências correntes	8 596 456,00	33,09	8 692 624,65	39,29	96 168,65	1,12	101,12
07	Venda de bens e serviços correntes	5 705 255,00	21,96	5 023 727,31	22,70	-681 527,69	-11,95	88,05
08	Outras receitas correntes	61 790,00	0,24	18 947,11	0,09	-42 842,89	-69,34	30,66
	Receita de Capital	5 701 100,00	21,94	3 027 232,72	13,68	-2 673 867,28	-46,90	53,10
09	Venda de bens de investimento	1 400 200,00	5,39	178 964,20	0,81	-1 221 235,80	-87,22	12,78
10	Transferências de Capital	4 041 946,00	15,56	2 845 236,83	12,86	-1 196 709,17	-29,61	70,39
13	Outras Receitas de Capital	254 038,00	0,98	0,00	0,00	-254 038,00	-100,00	0,00
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	4 916,00	0,02	3 031,69	0,01	-1 884,31	-38,33	61,67
	TOTAL	25 981 100,00	100,00	22 126 222,59	100,00	-3 854 877,41	-14,84	85,16
	Saldo de Gerência Transitado	0,00						

Ainda assim, a situação é preocupante se analisarmos a receita corrente por executar, que ascendeu em -1.181.010,13€, e da despesa corrente assumida e não paga, o que demonstra que a receita foi empolada, face às regras do equilíbrio orçamental impostas pelo POCAL e DL n.º 84-A/2002, de 5 abril, conforme é analisado no relatório de gestão do exercício de 2019.

A Divisão de Finanças e Património, aquando a elaboração anual dos orçamentos & GOP's dos últimos anos, recomenda superiormente, ajustamento da despesa à receita apurada pelos serviços e em cumprimento com as regras e princípios orçamentais, que inclui a regra do equilíbrio corrente, e as despesas apuradas, estas muito superior as receitas efetivas, bem como dos riscos de desequilíbrio orçamental que advém, caso não fosse tido em consideração as recomendações. Se analisamos o desvio da receita e compromissos assumidos e não pagos, conforme evidenciado a no relatório de gestão 2019, são eminentes os riscos de rutura na tesouraria, em solver os compromissos de curto prazo.

- COMPARAÇÃO DA DESPESA ORÇADA, COMPROMETIDA E PAGA

Na análise da execução orçamental, propriamente dita, será feita a **comparação entre a despesa prevista (orçamento inicial) e a despesa paga**, sob a perspetiva económica (que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital, - quer na sua natureza – gastos com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, subsídios, etc.)

Designação	Despesa Orçamentada		Despesa Assumida		Despesa paga		Desvio	Taxa de Execução Paga (%)	Taxa de Execução - despesa assumida (%)
	[1]		[2]		[3]		[2]-[3]		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor		
Despesas Corrente	18 092 665,00	69,6	16 498 192,72	69,4	15 502 196,99	69,4	-995 995,73	85,7	91,2
01 Despesas com o Pessoal	6 457 179,20	24,9	6 313 406,38	26,5	6 293 883,91	28,2	-19 522,47	97,5	97,8
02 Aquisição de bens e serviços	9 557 412,80	36,8	8 337 154,13	35,0	7 413 793,59	33,2	-923 360,54	77,6	87,2
03 Juros e outros serviços	603 500,00	2,3	557 458,31	2,3	554 130,40	2,5	-3 327,91	91,8	92,4
04 Transferências correntes	1 109 648,00	4,3	950 729,91	4,0	920 704,03	4,1	-30 025,88	83,0	85,7
05 Sociedades e quase Soc. não Financeiras	11 925,00	0,0	11 925,00	0,1	11 925,00	0,1	0,00	100,0	100,0
06 Outras despesas correntes	353 000,00	1,4	327 518,99	1,4	307 760,06	1,4	-19 758,93	87,2	92,8
Despesas de Capital	7 888 435,00	30,4	7 288 942,81	30,6	6 839 467,74	30,6	-449 475,07	86,7	92,4
07 Aquisição de bens de capital	4 201 056,00	16,2	3 632 562,85	15,3	3 210 337,21	14,4	-422 225,64	76,4	86,5
08 Transferências de Capital	566 030,00	2,2	536 043,67	2,3	516 043,67	2,3	-20 000,00	91,2	94,7
09 Ativos Financeiros	58 849,00	0,2	58 849,00	0,2	58 849,00	0,3	0,00	100,0	100,0
10 Passivos financeiros	2 662 000,00	10,2	2 661 020,31	11,2	2 653 770,88	11,9	-7 249,43	99,7	100,0
11 Outras despesas de Capital	400 500,00	1,5	400 466,98	1,7	400 466,98	1,8	0,00	100,0	100,0
Total Geral	25 981 100,00	100,0	23 787 135,53	100,0	22 341 664,73	100,0	-1 445 470,80	86,0	91,6

Pretende-se, finalmente, comparar a despesa, e o comportamento das suas componentes, sendo os valores de 2019 comparados com os anos anteriores.

Realçar, conforme referido anteriormente **sobreavaliação das receitas**, **registando um desvio negativo na execução da receita corrente de - 1.181.010,13€**, reflete-se também pela negativa na despesa paga, em particular da despesa corrente.

A despesa paga com pessoal registra um aumento de **5,87% (348.922€)**, se comparamos com o ano anterior, mas destaca-se se devido ao descongelamento de carreiras iniciado em 2018 e encargos com a saúde.

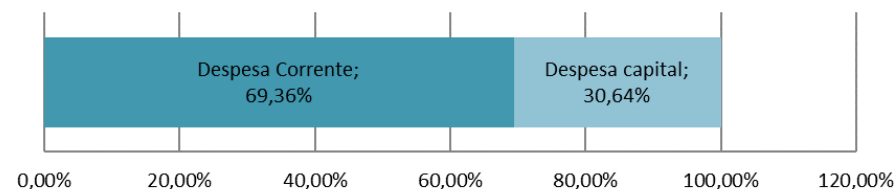
Apesar de também registrar um ligeiro aumento da despesa na ótica do pagamento com aquisição de bens e serviços correntes em 1,16%, por outro lado, **registou-se uma diminuição acentuada nos compromissos assumidos e não pagos, com um montante transitado de 1.445.470,80 em comparação com o ano anterior de 2.392.443,09€, uma diminuição de 39,6%.**

Com efeito, em termos de execução das despesas de capital assumida correspondeu a 92,4% de 86,7% da despesa paga. Assim, a taxa de execução orçamental global da despesa assumida (compromisso) traduz uma taxa de realização de 91,2% e 85,7% despesa paga.

A diminuição dos compromissos assumidos e não pagos verificados em 31.12.2019, **traduz um equilíbrio das contas municipais no ano, indo ao encontro da trajetória da sustentabilidade prevista no Plano de Ajustamento Financeiro (PAF).**

Despesa paga	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	Δ % 2016/2019
DESPESAS ESTRUTURAIS /ATIVIDADES									
Pessoal	4 768 780	22,8	5 177 846	25,1	5 944 961	25,9	6 293 884	28,2	32,0
Juros e Outros Encargos	575 575	2,7	722 235	3,5	526 617	2,3	554 130	2,5	-3,7
Aquisição de Bens e Serviços	8 963 862	42,8	7 318 393	35,5	7 328 508	32,0	7 413 794	33,2	-17,3
Outras Despesas Estruturais	1 780 945	8,5	1 704 651	8,3	1 313 425	5,7	1 240 389	5,6	-30,4
Total das Despesas Estruturais	16 089 163	76,8	14 923 125	72,5	15 113 511	65,9	15 502 197	69,4	-3,6
DESPESAS DE INVESTIMENTO									
Despesas de Capital	4 861 698	23,2	5 668 319	27,5	7 818 657	34,1	6 839 468	30,6	28,9
Total das Despesas de Investimento	4 861 698	23,2	5 668 319	27,5	7 818 657	34,1	6 839 468	30,6	28,9
DESPESA PAGA GLOBAL	20 950 861	100,0	20 591 444	100,0	22 932 168	100,0	22 341 665	100,0	6,2

PESO DA ESTRUTURA DA DESPESA ASSUMIDA TOTAL



No entanto, o desejável seria que os compromissos assumidos e não pagos fossem iguais ao saldo de gerência transitado, 794.209,82€, mas dado o histórico dos compromissos assumidos e não pagos dos últimos anos, **este é o valor mais baixo dos últimos anos.**

7. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO - EMPRÉSTIMOS

SERVIÇO DA DÍVIDA – STRICTO SENSU

Deste modo faz-se uma apreciação circunstanciada do serviço da dívida do município.

Salientando uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, fazendo uma apreciação global às dívidas de médio e longo prazo (exigível a curto e médio e longo prazo), sempre centrada nos valores orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Associada à crescente intervenção social exigida aos municípios devidos não só ao alargamento das suas competências e atribuições, mas a uma capacidade mais interventiva no desenvolvimento do concelho, o endividamento autárquico começou a ser utilizado como recurso financeiro alternativo face à insuficiência de receitas, dentro dos limites impostos, de modo a alcançarem os níveis de investimento desejados pelos municípios.

A dívida financeira, no que concerne a este ponto ascendia em **31 de dezembro de 2019 a € 26.035.696,04**, contra os € 28.694.880,76€ em 31/12/2018, pelo que se verifica **um decréscimo de € 2.659.184,72**, considerando o empréstimo com a internalização da Lamego Renova, S.A.

Este capítulo é analisado detalhadamente no relatório de Gestão do exercício de 2019.

8. MONTANTE DA DÍVIDA ANUAL DOS EMPRÉSTIMOS DO MUNICÍPIO PREVISIONAL

MONTANTE (APÓS AMORTIZAÇÃO) DO MUNICÍPIO PREVISIONAL C / INTERNALIZAÇÃO

AMORTIZAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS ACUMULADO

Empréstimos (Dívida Anual após Amortização)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
BES N.º 077/0016/738-Recuperação do Teatro Ribeiro Conceição	628 909	566 018	503 127	440 236	377 345	314 455	251 564	188 673	125 782	62 891	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BES N.º 0002 1799 3339- Recuperação do Teatro Ribeiro Conceição Lei 60-A/2005 (1)	877 902	790 111	702 321	614 531	526 741	438 951	351 161	263 371	175 580	87 790	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CGD N.º 9015/002429/387/0019- Piscinas Cobertas Lei 60-A/2005 (1)	326 191	271 826	217 461	163 095	108 730	54 365	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BES N.º 327/4892-Pavilhão Álvaro Magalhães	79 741	71 767	63 793	55 819	47 845	39 871	31 896	23 922	15 948	7 974	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BES N.º 0002 1799 47941 - Saneamento em Vários Locais do Concelho Lei 60-A/2005 (1)	182 523	164 271	146 019	127 766	109 514	91 262	73 009	54 757	36 505	18 252	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CGD N.º 9015/001580/487/0019-Investimentos Diversos	209 583	139 778	69 973	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CGD N.º 9015/002428/587/0019- Habitação Social Lei 60-A/2005 (1)	338 414	268 609	198 804	161 850	92 045	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CGD N.º 3402006289- Diversos Investimentos - Art.º 33 n.º 6 Lei n.º 2/2007 (1)	286 801	265 207	248 825	215 262	192 805	170 052	147 000	123 646	99 984	76 011	51 724	27 117	18 347	0	0	0	0	0	0	0
CGD N.º 9015/605-Obras de Beneficiação da EN 226 e da EN 2 Lei 60-A/2005 (1)	1 016 825	926 305	835 785	739 509	648 989	558 469	467 949	377 430	286 910	196 390	105 870	24 408	0	0	0	0	0	0	0	0
CGD N.º 9015/791-Requalificação da Av. Defensores do Douro Lei 60-A/2005 (1)	68 993	62 851	56 709	50 177	44 035	37 893	31 751	25 609	19 468	13 326	7 184	1 596	0	0	0	0	0	0	0	0
CGD N.º 9015/591-Requalificação Urbana da Av. 5 de Outubro Lei 60-A/2005 (1)	129 630	117 845	106 061	94 276	82 492	70 707	58 922	47 138	35 353	23 569	11 784	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DGTF - Regularização Extraordinária de Dívidas (PREDE)	1 039 680	502 108	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MILLENNIUM BCP - CENTROS ESCOLARES N.º 17725781	1 170 602	1 089 747	1 007 645	930 373	845 722	759 762	672 481	583 855	493 863	402 484	309 697	215 479	119 832	22 755	16 122	0	0	0	0	0
CGD- Saneamento Financeiro	2 868 708	2 531 213	2 193 718	1 856 223	1 518 728	1 181 233	843 738	506 242	168 747	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PAEL	8 862 152	8 018 138	7 174 123	6 330 109	5 486 094	4 642 080	3 798 065	2 954 051	2 110 036	1 266 022	422 008	0	0	0	0	0	0	0	0	0
IFDR- Eixo Barroco	137 832	118 300	98 006	78 457	56 549	33 786	10 135	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BCP- Piscinas Descobertas	282 895	256 579	230 263	203 947	177 631	151 316	125 000	98 684	72 368	46 052	19 737	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifício virgula	163 640	157 465	150 971	143 198	136 018	128 468	120 628	112 280	103 501	94 269	84 562	74 355	63 622	52 335	40 467	27 987	14 864	2 368	0	0
CGD- Centro Multiusos - Emp. N.º 9015.006215.9.91	16 210 981	15 476 742	14 733 606	13 830 867	13 069 613	12 299 135	11 519 317	10 730 038	9 931 178	9 122 614	8 304 227	7 446 004	6 577 539	5 698 708	4 809 389	3 909 455	2 998 782	2 077 239	1 144 698	201 029
	34 882 000	31 794 878	28 737 209	26 035 696	23 520 895	20 971 803	18 502 618	16 089 695	13 675 223	11 417 646	9 316 793	7 788 959	6 779 338	5 773 797	4 865 977	3 937 442	3 013 645	2 079 608	1 144 699	201 029

9. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO / MONITORIZAÇÃO PAF

Todos os Municípios que aderiram ao PAEL estão obrigados à prestação de informação, não se aplicando a isenção referida no ponto 4 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Os Municípios que obtiveram um empréstimo no âmbito do PAEL estão sujeitos à apresentação de informação sobre a apreciação do mesmo, em anexo ao Relatório de Gestão.

Não obstante do cumprimento do PAF aprovado, queremos sublinhar que, o Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) aprovado em 2013, **está desatualizado face à realidade dos compromissos do Município**, conforme se evidencia a seguir, recomendando que seja revisto o PAF, sendo necessário para a revisão, um compromisso político, para a adoção a médio prazo, das medidas necessário para o equilíbrio das contas do Município de Lamego, mas também sobre o investimento a projetar no âmbito de projetos cofinanciados.

Os **MAPAS QUE A SEGUIR SE APRESENTAM**, na sua construção, tiveram por base o que se encontrava definido no PAF, que foi objeto de apreciação e visado pelo Digníssimo Tribunal de Contas.

Descrição da Receita	PAF [1]	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL [2]	DESVIO
	2019	2019	[2]-[1]
Receitas correntes	17 283 296,17	19 098 989,87	1 815 693,70
Impostos directos	4 046 663,94	4 340 566,74	293 902,80
IMI	2 861 128,21	2 812 781,61	-48 346,60
IMT	444 443,96	396 796,17	-47 647,79
Derrama	268 239,75	558 558,68	290 318,93
Outros	472 852,01	572 430,28	99 578,27
Impostos indirectos	41 315,15	338 034,61	296 719,46
Taxas, multas e outras penalidades	841 190,10	682 189,12	-159 000,98
Taxas	800 372,81	658 228,46	-142 144,35
Multas	40 817,29	23 960,66	-16 856,63
Rendimentos da propriedade	4 627,84	2 900,33	-1 727,51
Transferências correntes *	6 717 033,63	8 692 624,65	1 975 591,02
Venda de bens e serviços correntes	5 217 860,36	5 023 727,31	-194 133,05
Venda de bens	975 638,35	904 184,66	-71 453,69
Serviços	2 340 161,96	2 714 650,70	374 488,74
Rendas	1 902 060,05	1 404 891,95	-497 168,10
Outras receitas correntes	414 605,15	18 947,11	-395 658,04
Receitas de capital	3 027 050,93	3 024 201,03	-2 849,90
Venda de bens de investimento	0,00	178 964,20	178 964,20
Terrenos	0,00	27 336,00	27 336,00
Habitações	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	151 628,20	151 628,20
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	3 027 050,93	2 845 236,83	-181 814,10
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) *	3 027 050,93	751 109,00	-2 275 941,93
Estado - Outras transferências	0,00	541 398,58	541 398,58
Co-financiamento - Estado e outras	0,00	1 552 729,25	1 552 729,25
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	3 031,69	3 031,69
Total receita	20 310 347,10	22 126 222,59	1 815 875,49
Receitas correntes	17 283 296,17	19 098 989,87	1 815 693,70
Receitas de capital	3 027 050,93	3 024 201,03	-2 849,90

* Com alteração da Lei das Finanças Locais, esta componente foi transferida para a transferências correntes

Descrição da Despesa	PAF [1]	OM- EXECUÇÃO (COMPROMISSOS ASSUMIDOS) [2]	DESVIO
	2019	2019	OM [2]-PAF[1]
Despesas correntes	12 349 077,20	16 498 192,72	4 149 115,52
Despesas com o pessoal	4 457 073,60	6 313 406,38	1 856 332,78
Remunerações certas e permanentes	3 578 444,29	4 720 441,81	1 141 997,52
Abonos variáveis ou eventuais	77 828,42	81 375,11	3 546,69
Segurança social	800 800,88	1 511 589,46	710 788,58
Aquisição de bens e serviços	5 191 181,23	8 337 154,13	3 145 972,90
Aquisição de bens	399 144,43	2 220 285,25	1 821 140,82
Aquisição de serviços	4 792 036,80	6 116 868,88	1 324 832,08
Juros e outros encargos	570 117,37	557 458,31	-12 659,06
Resultantes do PAEL	283 764,77	455 287,87	-114 829,50
Resultantes de outro endividamento de mlp	286 352,60		
Resultantes de endividamento de cp	0,00	102 170,44	102 170,44
Transferências correntes	1 958 493,41	950 729,91	-1 007 763,50
Empresas públicas municipais e intermunicipais	80 754,81	0,00	-80 754,81
Freguesias	944 531,86	336 357,01	-608 174,85
Associações de municípios	16 469,21	33 606,84	17 137,63
Instituições sem fins lucrativos	623 292,38	503 041,06	-120 251,32
Famílias	28 832,08		
Outras	264 613,06	77 725,00	-215 720,14
Subsídios	13 972,04	11 925,00	-2 047,04
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00		0,00
Famílias	0,00		0,00
Outros	13 972,04	11 925,00	-2 047,04
Outras despesas correntes	158 239,56	327 518,99	169 279,43

Despesas de capital	7 936 031,73	7 288 942,81	-647 088,92
Aquisição de bens de capital	2 400 000,00	3 632 562,85	1 232 562,85
Investimentos	1 694 567,49	2 617 470,70	922 903,21
Terrenos	6 936,80	0,00	-6 936,80
Habitações	6 055,31	3 347,57	-2 707,74
Edifícios	1 509 955,71	2 316 603,72	806 648,01
Construções diversas	10 969,54	0,00	-10 969,54
Outros	160 650,13	297 519,41	136 869,28
Locação financeira	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público	705 432,51	1 015 092,15	309 659,64
Transferências de capital	3 264 861,00	536 043,67	-2 728 817,33
Empresas públicas municipais e intermunicipais	2 664 861,00	0,00	-2 664 861,00
Freguesias	461 882,09	472 003,67	10 121,58
Associações de municípios	0,00	53 000,00	53 000,00
Instituições sem fins lucrativos	138 117,91	11 040,00	-127 077,91
Famílias	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00
Activos financeiros	0,00	58 849,00	58 849,00
Passivos financeiros	2 271 170,73	2 661 020,31	389 849,58
Resultantes do PAEL	854 316,74	2 661 020,31	389 849,58
Resultantes de outro endividamento de mlp	1 416 853,99		
Resultantes de endividamento de cp	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	0,00	400 466,98	400 466,98

RESUMO:	PAF [1]	OM- EXECUÇÃO (COMPROMISSOS ASSUMIDOS) [2]	DESVIO
	2019	2019	OM [2]-PAF[1]
Total despesa	20 285 108,94	23 787 135,53	3 502 026,59
Despesa corrente	12 349 077,20	16 498 192,72	4 149 115,52
Despesa de capital	7 936 031,73	7 288 942,81	-647 088,92
Total receita	20 310 347,10	22 126 222,59	1 815 875,49
Receitas correntes	17 283 296,17	19 098 989,87	1 815 693,70
Receitas de capital	3 027 050,93	3 024 201,03	-2 849,90
DESVIOS	25 238,17	-1 660 912,94	-1 686 151,11
R.CC - D.CC	4 934 218,97	2 600 797,15	-2 333 421,82
R.CAP - D.CAP	-4 908 980,80	-4 264 741,78	644 239,02

10. MEDIDAS DO PAF – CONTENÇÃO DA DESPESA E MAXIMIZAÇÃO DA RECEITA

CONTENÇÃO DA DESPESA	MAXIMIZAÇÃO DA RECEITA
MEDIDA D1.1 Reorganização dos serviços e redução de pessoal por força da LOE.	MEDIDA R1 Derrama
MEDIDA D1.2 Reorganização dos serviços, pela internalização dos equipamentos municipais que se encontravam afetos à Empresa Municipal “Lamego Convida, E.E.M.”	MEDIDA R2 IMI
MEDIDA D2 Horas extraordinárias	MEDIDA R3 Revisão do Regulamento de taxas
MEDIDA D3 Ajudas de custo	MEDIDA R4 Taxa Municipal de Proteção Civil
	MEDIDA R5 Venda de bens de investimento (Lotes)
MEDIDA D4 Combustíveis	MEDIDA R6 Venda de bens de investimento
MEDIDA D5 Gestão de Frota Automóvel	
MEDIDA D6 Plano de eficiência energética de edifícios	MEDIDAS DE GESTÃO – REDUÇÃO DE DESPESA
MEDIDA D7 Material de escritório e consumíveis	MEDIDA G1 Contabilidade Analítica
MEDIDA D8 Reavaliação dos contratos de Prestação de Serviços em vigor	MEDIDA G2 Sistema de Gestão Documental
MEDIDA D9	MEDIDA G3

Seguros	Inventariação de Património
MEDIDA D10 Comunicações	MEDIDA G4 Norma de Controlo Interno
MEDIDA D11 Aquisição de equipamentos específicos com vista à redução de custos com contratação de serviços	MEDIDA G5 Execuções Fiscais
MEDIDA D12 Centralização das Compras para Aquisição de Bens e Serviços	
MEDIDA D13 Empréstimo de Saneamento Financeiro + PAEL (Programa de Apoio à Economia Local)	
MEDIDA D14 Rever formas de apoio às instituições	
MEDIDA D15 IVA	
MEDIDA D16 Redução dos Trabalhos a Mais	

Conforme evidenciado no relatório de gestão do exercício de 2019, algumas medidas aprovadas no PAF em 2013, do lado da contenção da despesa:

- Medida D6 – Plano de eficiência energética de edifícios
- Medida D8 – Reavaliação dos contratos de Prestação de Serviços em vigor
- Medida D14 – Rever formas de apoio às instituições

E as medidas aplicadas do lado da receita e da gestão da redução da despesa:

- Medida R6 – Venda de Bens de Investimento
- Medida G1 – Contabilidade Analítica
- Medida G2 – Sistema de Gestão Documental
- Medida G5 – Execuções Fiscais

foram colocadas em prática permitindo atenuar o desequilíbrio que se tem vindo a verificar. No entanto, as outras medidas devem urgentemente serem revistas e aplicado um plano de contenção da despesa e maximização da receita, com medidas austeras, que passa inevitavelmente pelo o aumento de impostos e taxas, bem como, principalmente, pelo corte de despesas.

Recomenda-se análise analítica da despesa, através da elaboração sustentado na informação da contabilidade analítica e orçamental, analisando com detalhe, os gastos com as atividades, funcionamento de equipamento, gastos com pessoal, transferências correntes, etc. Com esta base de trabalho, caberia ao órgão executivo e deliberativo, aprovar um novo plano de ajustamento financeiro ou plano de estabilidade financeira a médio e longo prazo, com base em projeções que garantisse a aprovação e execução de orçamentos futuros, cumprindo com as regras e princípios do equilíbrio orçamental, mas também que permitisse a redução da dívida de curto prazo.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÕES

A comparação entre o PAF e a execução orçamental, bem como o apuramento da dívida total, demonstra a diminuição da dívida de curto prazo, permanecendo o município numa situação de desequilíbrio conjuntural.

Assim, associado ao montante de compromissos assumidos e não pagos em 31.12.2019 e a execução da receita não cobrir a totalidade dos mesmos, alertamos para o risco do agravamento do desequilíbrio orçamental com consequências para as contas do Município nos anos seguintes, materializada na realização e/ou existência de despesas acima da real capacidade financeira do Município.

É evidente na execução orçamental da despesa paga a receita cobrada (22.126.222,59€) revelou-se insuficiente para fazer face às despesas assumidas (23.787.135,53€). A despesa paga foi de apenas 22.341.664,73€.

A severidade das despesas certas e permanentes que apresentam um grande grau de inflexibilidade, espelha uma rigidez ao nível da despesa orçamental atendendo ao nível de receitas orçamentais, com a consequente anulação total da margem de atuação do Município quanto à gestão financeira.

Podemos concluir, que o Município terá que adotar mais medidas, sob pena, de não ter disponibilidades financeiras suficientes para fazer face, tempestivamente, aos compromissos de curto prazo assumidos perante terceiros.

No Relatório de Contas do exercício de 2019, o Município continua numa situação, de desequilíbrio orçamental, por não ter aplicado, logo após a aprovação dos empréstimos PAEL e Saneamento Financeiro, medidas adequadas para cumprimento do mesmo, a saber: aumento de imposto, taxas e bens de bens e serviços e corte das despesas, essencialmente corrente e contenção da despesa em geral.

Para que o Plano de Ajustamento Financeiro tenha boa execução, para o seu período de vigência 2013-2026, existe a necessidade contínua de:

- Tomar medidas austeras de Contenção de Despesa (Corrente e de Capital);
- Priorizar as Despesas de Capital a ser executada pelo Município, nos próximos anos, de forma a não ter grandes desvios face ao Plano de Ajustamento Financeiro aprovado;
- A contenção da despesa deverá estar alinhada com o cumprimento integral dos pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamentos (PMP), para que de futuro, continuem a estar dentro dos limites legais.
- Atualização do Plano de Ajustamento Financeiro, de forma garantir sustentabilidade a longo prazo, e respetivo ajustamento aos próximos orçamentos municipal;
- Execução prudente do orçamento de despesa, com base na cobrança efetiva da receita e não apenas na sua previsão orçamental, de modo a garantir um efetivo equilíbrio orçamental e, assim, o pagamento atempado dos compromissos assumidos.
- Cumprimento das regras de elaboração do orçamento de receita, implicando necessariamente a redução abrupta da despesa;

- Ponderação de medidas, ao nível da racionalização da despesa, que possam contribuir para uma redução efetiva das despesas municipais que apresentam uma elevada rigidez;

- A execução do orçamento 2019 verificou um desvio na execução da receita significativo,

pelo que,

- É recomendado que, o executivo proceda a uma análise casuística e exaustiva dos projetos dos investimentos e atividades previstas, de forma, se possível, poder proceder a uma ação de priorização dos projetos de investimento e das atividades municipais, de modo a que não possam surgir e potenciar desvios significativos do orçamento municipal para o corrente ano e seguintes.

Isto porque, a verificação sistemática de eventuais desvios negativos que possam ocorrer no orçamento municipal futuros, colocará em causa a autossustentabilidade e equilíbrio das contas do município, pelo que, é recomendado, uma vez mais, **que o Município adota medidas corretivas no muito curto prazo.**

Sublinha-se que,

a situação financeira do Município em 2019 recuperou ligeiramente a situação de desequilíbrio, justificado e relatado no Relatório & Contas de 2019, no entanto, as razões dessa recuperação não pode estar sistematicamente origem em acordos de pagamento de dívidas com Águas do Norte S.A de curto para longo prazo, ficando plasmado que, a continuar sem adoção de tais medidas do lado da receita, o Município estará em risco de não garantir, tempestivamente, os compromissos com fornecedores c\c no curto prazo.

Lamego, 29 de maio de 2020

O Chefe de Divisão de Finanças e Património



Município
LAMEGO

RELATÓRIO & CONTAS

MUNICÍPIO DE LAMEGO

2019

www.cm-lamego.pt

